



25°enancib

Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação
Informação, Decolonialidade e Direitos Difusos para o Desenvolvimento Sustentável

3 a 7 de novembro de 2025 – Rio de Janeiro



XXV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - XXV ENANCIB

GT 2 – Organização e Representação do Conhecimento

TEORIA DA CATALOGAÇÃO CRÍTICA: FUNDAMENTOS E CARACTERÍSTICAS

CRITICAL CATALOGING THEORY: FOUNDATIONS AND CHARACTERISTICS

Filipe Reis – Universidade Federal de Goiás (UFG)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: as teorias da Catalogação são modos sistemáticos de interpretar, analisar, criticar e propor caminhos organizados. Na contemporaneidade, torna-se necessário desenvolver uma teoria catalográfica que incorpore diversidade cultural, avanços tecnológicos, ética e criatividade para responder aos desafios contemporâneos do campo. O objetivo desta pesquisa é investigar os fundamentos de teorias e da teoria crítica para propor uma sistematização da teoria da Catalogação crítica. Trata-se de uma pesquisa meta-teórica, fundamentada na epistemologia social e histórica, que analisa uma seleção representativa de autores e abordagens relevantes para a Catalogação. A investigação resultou numa sistematização teórica que identificou os principais movimentos intelectuais e os autores de referência nas áreas das Humanidades, Biblioteconomia e Catalogação. Esse mapeamento estabelece uma possível relação com as características operacionais da Catalogação crítica, conforme indicado em seus princípios norteadores, competências essenciais e objetivos profissionais do catalogador crítico. A teoria da Catalogação crítica emerge como um possível horizonte para a catalogação se desenvolver na contemporaneidade de forma ética, curiosa, criativa, racional e visando à emancipação intelectual do catalogador.

Palavras-chave: catalogação crítica; teoria da catalogação; teoria.

Abstract: cataloging theories are systematic ways of interpreting, analyzing, critiquing, and proposing organized approaches. In contemporary times, it has become essential to develop a cataloging theory that incorporates cultural diversity, technological advances, ethics, and creativity to respond to the current challenges of the field. The objective of this research is to investigate the foundations of theories and of critical theory in order to propose a systematization of critical Cataloging theory. This is a metatheoretical study, grounded in social and historical epistemology, which analyzes a representative selection of authors and approaches relevant to Cataloging. The investigation resulted in a theoretical systematization that identified the main intellectual movements and key reference authors in the fields of the Humanities, Librarianship, and Cataloging. This mapping establishes a possible connection with the operational characteristics of critical cataloging, as expressed in its guiding principles, core competencies, and the professional goals of the critical Cataloger. Critical cataloging theory emerges as a possible horizon for the ethical, inquisitive, creative, and rational development of cataloging today, aiming at the intellectual emancipation of the cataloger.

Keywords: critical cataloging; cataloging theory; theory.

1 INTRODUÇÃO

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

A catalogação é o processo de interação entre atores num contexto documentário. Esses atores são, comumente, denominados usuários e documentos. Entende-se a catalogação tanto como um procedimento de representação dos aspectos formais e temáticos de um documento quanto como uma subdisciplina da Biblioteconomia, responsável por produzir princípios, teorias, modelos e instrumentos técnicos (Reis; Ortega, 2024).

As teorias da catalogação são modos sistemáticos de interpretar, analisar, criticar e propor caminhos organizados. As teorias catalográficas são lentes que estabelecem limites e decisões dos meandros da catalogação. Elas orientam os objetos de interesse por meio de um sistema conceitual que organiza o conhecimento, identificando padrões e lacunas.

Osborn (1941) argumenta que pode haver certas perdas na minimização do papel das teorias, e acrescenta que elas podem ter sido negligenciadas na história da catalogação. Podemos dizer que as teorias da catalogação têm sido fomentadas pela elaboração de conceitos nas últimas décadas, todavia a sistematização de teorias é ainda pouco frequente na literatura da área.

Andrew D. Osborn e Michael Gorman elaboram uma sistematização teórica sobre os tipos de catalogadores e defenderam um desses tipos: o legalista, o perfeccionista, o bibliográfico e o pragmático. Em 1941, Osborn publicou o texto *A crise da catalogação (The Crisis in Cataloging)* que representa um marco de ruptura epistemológica sobre o percurso da catalogação.

Após algumas décadas, Michael Gorman revisita a famosa crítica de Andrew Osborn à catalogação, publicada em 1941, para elaborar uma nova sistematização teórica sobre a catalogação: o Decadente, o Mecânico Austero, o Devoto e o Funcionalista, sendo apenas este último, segundo ele, digno de ser preservado. No artigo “Osborn revisitado” (*Osborn Revisited*), Gorman (1975) argumenta que a catalogação continua em crise, dominada por práticas e posturas que distorcem sua finalidade essencial.

Apesar dos avanços nessas sistematizações teóricas da catalogação, nota-se uma escassez de abordagens críticas que considerem os aspectos epistemológicos e sociais envolvidos na estruturação dos dados catalográficos. Tal construção teórica se justifica pela necessidade de uma teoria da catalogação para: englobar a complexidade cultural contemporânea, reconhecendo a diversidade de saberes e práticas informacionais; assimilar as transformações tecnológicas, convertendo desafios em oportunidades de inovação;

assumir compromisso ético com a representação equitativa dos documentos; fomentar soluções criativas para os problemas emergentes no campo.

Considerando que algumas das dimensões da catalogação são a técnica, a estética, a ética e a política, esta investigação enfatiza a dimensão crítica, entendida como transversal às demais. Sendo assim, esta pesquisa teve como objetivo investigar os fundamentos de teorias e da teoria crítica para propor uma sistematização da teoria da catalogação crítica. Para isso, buscamos a) identificar os sentidos de teoria a fim compreender sua importância no contexto científico; e b) identificar e sistematizar os fundamentos que embasam uma teoria crítica para propor uma sistematização para uma teoria da catalogação crítica.

O artigo está estruturado como segue. Após a Introdução, na próxima seção, apresenta os delineamentos dos procedimentos metodológicos. Na sequência, discutimos o conceito de teoria e sua relevância para o campo científico. Na terceira, explanamos os fundamentos da teoria crítica e características de uma teoria da catalogação crítica. Por fim, na quinta seção, são expostas as considerações finais do estudo.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de uma investigação meta-teórica, entendida como um estudo que se volta às próprias teorias, examinando como estas podem contribuir para o objetivo da pesquisa. Essa abordagem é fundamentada na epistemologia social e histórica, a qual reconhece que o conhecimento não é neutro nem universal, mas condicionado por fatores sociais, culturais, econômicos e históricos.

O critério de seleção dos autores e obras analisados partiu da relevância, representatividade e circulação no debate acadêmico sobre teoria crítica, Biblioteconomia e catalogação. Não se trata, portanto, de uma revisão exaustiva ou sistemática de toda a produção existente, mas de um recorte intencional que busca garantir diversidade de perspectivas e profundidade analítica sem perder o foco temático. Desse modo, o estudo não exclui a possibilidade de outros autores relevantes sobre o tema, mas apresenta um recorte parcial adequado ao escopo do artigo.

Assim, o corpus desta pesquisa foi estruturado em três conjuntos principais:

Teoria Crítica: abrange os significados de crítica em Butler (2013), Foucault (1978), Japiassú e Marcondes (2006) e Moore (2013); bem como a distinção entre teoria tradicional e teoria crítica em Horkheimer (1980) e Nobre (2004).

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

Teoria Crítica na Biblioteconomia: contempla a problematização da neutralidade profissional em Lewis (2008); a integração entre pedagogias críticas, teoria social e práticas bibliotecárias, com foco na consciência, resistência e transformação na instrução em Accardi, Drabinski e Kumbier (2010); questiona a naturalização de categorias e práticas, defendendo uma Biblioteconomia orientada pela transformação social em Leckie, Given e Buschman (2010); a articulação entre competência informacional, justiça social e práxis crítica, defendendo bibliotecas como espaços de emancipação e inclusão em Gregory e Higgins (2013); a fundamentação da literacia informacional crítica como inspiração para práticas pedagógicas transformadoras, emancipatórias e socialmente engajadas em Downey (2016); a relação entre teoria crítica e Biblioteconomia, com questionamentos sobre neutralidade, poder institucional e a promoção de justiça social em Nicholson e Seale (2018); e, por fim, a aplicação da teoria racial crítica, denunciando o racismo estrutural e promovendo a justiça epistêmica em bibliotecas e serviços de informação em Leung e Lopez-McKnight (2021).

Catálogo Crítico: inclui a defesa de Lubetzky (1965) pela formação de catalogadores mais críticos; a advocacia de Olson (1997) por uma catalogação crítica que revele pressupostos ideológicos e forme profissionais reflexivos, conscientes e socialmente responsáveis; a crítica de Young (1987) à formação tecnicista, em favor de uma abordagem mais crítica; a denúncia de Roberto (2008) contra a suposta neutralidade da catalogação, evidenciando suas implicações políticas e defendendo práticas inclusivas e transformadoras; Magro; Avila e Silva (2015) a proposta de Hubner e Silva (2019) de ensinar catalogação com rigor teórico-técnico, assegurando formação crítica e eficaz; e, por fim, a contribuição de Guerrini (2020), que propõe abordar a educação catalográfica não de forma dogmática, mas com sentido crítico e atento à complexidade editorial e histórica do objeto bibliográfico.

Também foram incluídos documentos normativos contemporâneos, como o Código de Ética da Catalogação (2021) e as Competências essenciais para bibliotecários profissionais em catalogação e metadados (American Library Association, 2017), por expressarem diretrizes institucionais que dialogam com o debate teórico.

Esse delineamento metodológico permite compreender que o estudo é parte de uma reflexão em curso, cujos resultados são parciais e passíveis de ampliação com a incorporação de novos autores e abordagens em investigações futuras.

3 A PERTINÊNCIA DA TEORIA

A noção de “teoria” deve ocupar um lugar elementar na formação científica. Seu significado varia conforme o contexto em que é empregado, assumindo distintos sentidos e limites entre o senso comum e as ciências. Quando se diz que alguém tem uma “teoria” sobre determinado tema ou assunto, costuma-se atribuir a essa pessoa uma hipótese ou um conjunto de argumentos articulados com a finalidade de explicar ou compreender um fenômeno ou uma rede de fenômenos (Nobre, 2004). Nesse sentido, a teoria se estrutura como uma tentativa racional e sistemática de desvelar como as coisas são, operando como um instrumento explicativo e prognóstico.

A distinção entre teoria e prática é clássica, muitas vezes resumida no senso comum pela frase “na teoria é assim, mas na prática é outra coisa”, que sugere uma desconexão entre ambos. Nesse sentido, a prática é compreendida como a aplicação da teoria, e o afastamento entre ambas se torna um problema a ser superado (Nobre, 2004).

A teoria no campo científico é mais do que opinião, senso comum ou formulações não racionalizadas. Para Goode e Hatt (1969, p. 12), ela “se refere a relações entre fatos, ou à ordenação significativa desses fatos”. A teoria organiza dados, identifica padrões e permite antecipar comportamentos, servindo como uma estrutura explicativa e heurística. Kaplan (1969) afirma que a teoria interpreta, unifica e adapta leis a novos dados, além de orientar a descoberta de novas generalizações.

No entanto, a teoria científica está longe de ser infalível. Feyerabend (2011, p. 79) destaca que “nenhuma teoria está em concordância com todos os fatos do seu domínio”. Isso evidencia que a teoria é sempre parcial e provisória, estando sujeita a revisões constantes. Trujillo Ferrari (1974, p. 120) complementa que se trata de um sistema de proposições ou hipóteses sustentáveis, mas nunca definitivas.

As pessoas, inclusive estudantes universitários e profissionais, geralmente supervalorizam os fatos em detrimento das teorias, como se estas fossem apenas especulações. Contudo, como explicam Marconi e Lakatos (2022), o fato é uma observação empírica, enquanto a teoria representa a ordenação significativa dos fatos em conceitos, leis e generalizações. Assim, a teoria é o que dá sentido ao fato, e não seu oposto.

No campo das ciências humanas, a teoria é também um dispositivo epistemológico que molda o olhar do pesquisador. Ela permite organizar e interpretar a realidade, funcionando como uma moldura conceitual. A construção de um “ambiente teórico” não é neutra nem técnica, mas envolve escolhas intelectuais e ideológicas.

Segundo Barros (2018), o uso dogmático da teoria, quando esta se torna um ‘olho de vidro’, impede o olhar criativo e reflexivo do pesquisador. Segundo ele, a adesão a uma corrente teórica só se justifica se ela trouxer liberdade e conforto intelectual ao pesquisador. Nenhuma teoria dá conta de tudo, e exigir “coerência absoluta” pode estagnar o pensamento. O importante é que a teoria possibilite “novos modos de ver as coisas” (Barros, 2018). Desse modo, evidencia-se a importância da criatividade nos processos científicos.

Byung-Chul Han amplia esse debate ao refletir sobre a crise contemporânea da teoria. Para ele, a teoria não é apenas uma ferramenta analítica, mas uma forma de dar sentido ao mundo. Ela ilumina o mundo a partir de uma “decisão essencial” que organiza e seleciona o que é relevante. Em contraste, o excesso de dados leva à dispersão e ao obscurecimento do pensamento: “a massa crescente de dados obscurece a teoria e o pensamento” (Han, 2017, p. 87). Pensar exige silêncio, e a teoria é uma forma de resistência ao ruído e à aceleração contemporânea.

Portanto, retomar a importância da teoria é afirmar que o pensamento ainda importa. A teoria não é um luxo acadêmico, mas uma necessidade para orientar o olhar, estruturar o conhecimento e resistir ao caos informacional.

Uma boa teoria não precisa explicar tudo, mas deve ajudar a ver melhor. Ela deve ser suficientemente aberta para dialogar com outras perspectivas e suficientemente rigorosa para sustentar um recorte analítico. Entre o dogmatismo e a dispersão, a teoria continua sendo uma forma privilegiada de compreender e transformar o mundo.

4 TEORIA DA CATALOGAÇÃO CRÍTICA

4.1 Teoria crítica nas Humanidades

O termo “crítica”, derivado do grego *kritiké*, refere-se à capacidade de julgamento, discernimento ou avaliação, seja de ideias, teorias, experiências ou condutas (Japiassú; Marcondes, 2006, p. 61). Crítica é, em Foucault (1978), desassujeitamento e arte de não ser governado; em Butler (2013), virtude ética que desnaturaliza normas, problematiza categorias e transforma sujeitos livres. Para Moore (2013), crítica é noção polissêmica: julgamento, ceticismo, originalidade, leitura sensível, racionalidade, engajamento ativista e autorreflexividade. Mais que conceito fixo, constitui práticas disciplinares variadas. Seguindo

Wittgenstein, Moore (2013) defende que o sentido de crítica reside no uso situado, desafiando definições unitárias e revelando implicações pedagógicas no ensino superior.

Embora de origem antiga, a noção de crítica adquire centralidade a partir da filosofia kantiana, na qual passa a significar análise e exame de valor. Em obras como “Crítica da razão pura”, “Crítica da razão prática” e “Crítica do juízo”, Immanuel Kant investiga os limites e possibilidades da razão humana.

A influência kantiana se estende à filosofia de Hegel, que por sua vez impacta profundamente Karl Marx e Friedrich Engels. Esses autores promovem uma crítica sistemática da ideologia, como em “A sagrada família ou a crítica da crítica crítica” (*Die heilige Familie, oder Kritik der kritischen Kritik*, de 1844) e “A ideologia alemã” (*Die deutsche Ideologie*, entre os anos de 1845 e 1846), fundamentando a crítica como ferramenta para a transformação social. Tal perspectiva é aprofundada na teoria crítica da Escola de Frankfurt, representada inicialmente por Horkheimer, Adorno, Marcuse, Fromm e Lowenthal. Segundo Horkheimer (1980), a teoria tradicional é marcada pela neutralidade e pela descrição objetiva da realidade. Em contraste, a teoria crítica busca desvelar os mecanismos de dominação e propor possibilidades de emancipação.

Posteriormente, autores vinculados ao pós-estruturalismo, como Derrida, Foucault, Deleuze, Lyotard, Butler, entre outros, ampliaram e diversificaram o campo crítico, incorporando influências da linguística, da psicanálise, da antropologia e da fenomenologia. Apesar das diferenças entre os autores e entre os dois movimentos (o de Frankfurt e o pós-estruturalismo), há influências comuns, como a de Marx, e convergências na crítica à razão absolutista, à história linear e à subjetividade fixa. Foucault, por exemplo, propõe uma crítica genealógica das formações discursivas e dos regimes de verdade, enquanto Deleuze questiona as estruturas do negativo e da consciência, e Derrida desconstrói os fundamentos metafísicos da linguagem e da verdade.

Horkheimer (1980), em seu clássico texto “Teoria Tradicional e Teoria Crítica” (*Traditionelle und kritische Theorie*, de 1937), faz uma análise da teoria crítica, destaca sua oposição à teoria tradicional, que se limita a classificar fatos em sistemas conceituais pré-estabelecidos, sem questionar suas origens sociais. Ele afirma que a teoria crítica não se restringe a ordenar os fatos, mas busca transcender essa ordenação, questionando as estruturas sociais que os produzem (Horkheimer, 1980).

Horkheimer enfatiza que a teoria crítica não é neutra, mas está "impregnada do interesse por um estado racional" (Horkheimer, 1980, p. 124), opondo-se à ideologia harmonizadora que mascara as contradições sociais. Ela revela, por exemplo, como "a troca justa" esconde a exploração e a desigualdade (Horkheimer, 1980). Além disso, a teoria crítica não se contenta com a mera acumulação de saber, pois sua meta é a emancipação do "[...] homem de uma situação escravizadora" (Horkheimer, 1980, p. 156).

Os pós-estruturalistas, embora críticos marxistas, têm influências também de Husserl, Heidegger, Freud, Kant e Nietzsche. O movimento, iniciado nos anos 1960, abrange filosofia, literatura, arte, política, história e sociologia. Críticos ao positivismo e ao essencialismo, rejeitam verdades fixas e argumentam que "a convicção deve ser aberta à mudança; ela deve buscar mudar" (Williams, 2013, p. 21). Para eles, o "Eu" é intersubjetivo e os contextos históricos e linguísticos evidenciam a ausência de um núcleo fixo do sujeito. Eles não descartam a razão ou a liberdade, mas as reposicionam: "Ao invés de razão, há processos de pensamento. Ao invés de liberdade, há abertura" (Williams, 2013, p. 29-30). Também são críticos à ciência, não por negá-la, mas por afirmarem que "eles veem dimensões importantes que não podem ser contempladas de dentro da ciência" (Williams, 2013, p. 31). Como afirma Williams (2013, p. 216), "Crítica radical e criatividade andam de mãos dadas. [...] Em relação com ambas, o pensamento se torna mais dinâmico e flexível".

Assim, os fundamentos das Humanidades sobre crítica podem constituir um eixo teórico fundamental para pensar a catalogação de modo ético, político, criativo e epistemologicamente comprometido com a transformação social, por meio das suas contribuições conceituais.

4.2 Teoria crítica na Biblioteconomia

Além dos fundamentos das Humanidades, nas últimas décadas, tem-se observado um significativo aumento de publicações em perspectiva crítica na Biblioteconomia, provenientes de diferentes bases teóricas ou de autores relevantes para os estudos desse campo. Destacam-se contribuições como as de: Lewis (2008); Accardi, Drabinski e Kumbier (2010); Leckie, Given e Buschman (2010); Gregory e Higgins (2013); Downey (2016); Nicholson e Seale (2018); Leung e Lopez-McKnight (2021).

A teoria crítica trouxe contribuições fundamentais à Biblioteconomia ao desafiar o mito da neutralidade na atuação profissional e na organização do conhecimento. A teoria

crítica na Biblioteconomia denuncia como bibliotecas podem reproduzir desigualdades sociais ao privilegiar discursos dominantes e silenciar vozes marginalizadas. Ao enfatizar o papel político dos bibliotecários, a teoria crítica propõe práticas orientadas pela justiça social, pela inclusão e pela reflexão crítica sobre o poder na mediação da informação. Ela impulsiona uma Biblioteconomia engajada, que reconhece seu lugar nas lutas sociais e na construção de uma cidadania informada e emancipada (Lewis, 2008).

A teoria crítica, especialmente por meio da Teoria Crítica da Raça (CRT), tem desafiado a Biblioteconomia a confrontar estruturas de supremacia branca e desigualdade racial. Suas contribuições incluem a centralidade da justiça social, o reconhecimento das experiências marginalizadas como saberes legítimos e a crítica à neutralidade institucional das bibliotecas (Leung; Lopez-McKnight, 2021).

A teoria crítica contribuiu significativamente para a Biblioteconomia ao questionar a suposta neutralidade das bibliotecas e ao evidenciar como suas práticas estão imersas em relações de poder, ideologia e exclusão (Downey, 2016). Influenciada por autores como Adorno, Habermas, Foucault e Freire, promove uma abordagem reflexiva, voltada para a justiça social, a inclusão e a análise crítica dos sistemas de organização da informação. Ela também denuncia a naturalização de categorias e práticas, propondo uma Biblioteconomia comprometida com a transformação social, a democratização do conhecimento e o empoderamento das comunidades usuárias (Leckie; Given; Buschman, 2010).

Além disso, ao integrar conceitos de justiça social, poder e identidade, a teoria crítica na Biblioteconomia promove uma abordagem educacional transformadora, centrada no engajamento político e na produção colaborativa do conhecimento (Accardi; Drabinski; Kumbier, 2010).

4.3 Teoria crítica na Catalogação

A teoria crítica contribui para a Catalogação ao promover a reflexão sobre os fundamentos epistemológicos, ideológicos e políticos das práticas de representação bibliográfica. Essas contribuições podem ser observadas em: Lubetzky (1965), Olson (1997), Young (1987), Roberto (2008); Hubner e Silva (2019) e Guerrini (2020). Embora esses trabalhos apresentem contribuições relevantes, a maioria não tem como foco o desenvolvimento do senso crítico do catalogador, deixando lacunas que justificam pesquisas mais aprofundadas sobre o assunto.

Lubetzky (1965) já alertava que, mesmo os estudantes mais atentos e competentes, ao se depararem com uma ênfase acrítica nas regras de catalogação, podem tornar-se confusos e alienados. Ou seja, uma formação catalográfica sem pensamento crítico pode levar discentes promissores a se perderem na complexidade das normas e a se distanciarem das reais necessidades da comunidade.

Hope A. Olson argumenta que é preciso superar a aceitação acrítica das normas e o catalogador deve ser capaz de conhecer “[...] essas coisas de maneira crítica, além da mera aceitação de padrões, para que o catálogo possa efetivamente desempenhar sua função mediadora entre a coleção e os usuários” (Olson, 1997, p. 52, tradução nossa). Ela defende o ensino da catalogação como um processo de tomada de decisão informada, voltado para a compreensão do contexto, dos limites dos padrões e das necessidades dos usuários. Olson (1997) critica a neutralidade presumida de sistemas como o LCSH, que frequentemente marginalizam grupos sociais, e propõe abordagens mais inclusivas e conscientes dos limites das estruturas classificatórias. Assim, a teoria crítica aponta caminhos para uma Catalogação ética, democrática e socialmente engajada, que reconhece a diversidade e possibilita o empoderamento dos sujeitos através do acesso à informação.

Essa crítica é reforçada por Young (1987), ao distinguir a formação educacional do mero treinamento técnico. Segundo ele, alguns cursos de Catalogação reproduzem rotinas específicas de instituições, preparando alunos apenas para repetir práticas consolidadas, sem lhes oferecer fundamentos teóricos adaptáveis a diferentes contextos. Para o autor, formar catalogadores críticos e adaptáveis implica ir além da repetição mecânica.

A teoria crítica, conforme expressa na obra *Catalogação Radical (Radical Cataloging)* editada por K. R. Roberto, oferece à Catalogação ferramentas para questionar os fundamentos ideológicos das normas e estruturas bibliográficas tradicionais. Ao desafiar a pretensa neutralidade de instrumentos como a LCSH e o MARC, os autores promovem uma abordagem que considera as dimensões sociais, políticas e culturais da representação da informação. Nesse sentido, o catalogador radical é aquele que reconhece quando as regras não funcionam e o porquê disso e busca integrá-las com novas ideias úteis sem abandonar o que ainda é válido. A obra defende uma prática centrada no usuário, sensível à diversidade e comprometida com a justiça social, propondo alternativas à marginalização de sujeitos e temas nos sistemas de catalogação dominantes.

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

Hubner e Silva (2019) apontam que as disciplinas de Representação Descritiva devem preparar os discentes para atuar criticamente nas unidades informacionais. Guerrini (2020) sintetiza esse espírito ao afirmar que a Catalogação não deve ser orientada por um dogmatismo técnico, mas sim por uma abordagem crítica, sensível à complexidade histórica e editorial dos objetos bibliográficos. Essas contribuições reforçam a urgência de uma Educação Catalográfica Crítica fundamentada em princípios reflexivos.

Com base nesse percurso, e analisando o documento “Competências Essenciais para Bibliotecários Profissionais em Catalogação e Metadados” (*Core Competencies for Cataloging and Metadata Professional Librarians*, de 2017, revisado em 2023 por Karen Snow, Bobby Bothmann, Staci Ross, Elizabeth Russey Roke e Pam Swaidner)¹, podemos identificar algumas competências mais alinhadas a um senso crítico do catalogador e outras nem tanto.

Na introdução do documento, há uma defesa por uma consciência dos vieses da Catalogação. Na introdução, essa defesa é apresentada como fundamental para todo o trabalho com Catalogação: “Os criadores de metadados devem ter consciência de suas próprias visões de mundo históricas, culturais, raciais, de gênero e religiosas, e trabalhar para identificar onde essas visões excluem outras experiências humanas”² (American Library Association, 2023, p. 1, tradução nossa). Essa competência está diretamente ligada à dimensão ética e política da catalogação, permitindo identificar e corrigir desigualdades estruturais na organização da informação, tanto no âmbito teórico e metodológico, mas principalmente no nível instrumental e tecnológico.

O Código de Ética da Catalogação (*Cataloguing Code of Ethics*, de 2021) reconhece que “Os padrões e práticas de catalogação são atualmente e historicamente caracterizados pelo racismo, supremacia branca, colonialismo, outros e opressão”³ (American Library Association, 2021, p. 2, tradução nossa) e, por isso, os catalogadores devem “abordar os [padrões] criticamente” (American Library Association, 2021, p. 3, tradução nossa). Isso implica examinar os instrumentos à luz de suas limitações éticas e culturais. Ao assumir

¹ Este documento foi elaborado pelos membros do Grupo de Trabalho sobre Competências em Catalogação (*Cataloging Competencies Task Force*), designado pelo Grupo de Interesse em Competências e Formação para Carreira em Catalogação (*Competencies and Education for a Career in Cataloging Interest Group*) da CaMMS/ALCTS da ALA.

² No original: “Metadata creators must possess awareness of their own historical, cultural, racial, gendered, and religious worldviews, and work at identifying where those views exclude other human experiences” (American Library Association, 2023).

³ No original: “Cataloguing standards and practices are currently and historically characterised by racism, white supremacy, colonialism, othering, and oppression” (Cataloging ethics..., 2021, p. 2).

responsabilidade ética por suas decisões, o catalogador exerce um papel político também: “Assumimos a responsabilidade por nossas decisões de catalogação e defendemos a transparência [...]”⁴ (American Library Association, 2021, p. 3, tradução nossa). Portanto, senso crítico é um pilar ético e transformador no trabalho catalográfico.

Outro senso crítico encontrado nesse documento é sua orientação ao público e sua diversidade. Essa competência é central para práticas inclusivas e responsivas, conectando a Catalogação ao compromisso social das bibliotecas: “Reconhece múltiplas culturas e populações diversas”; “Prioriza as necessidades dos usuários”; “Valoriza pontos de vista e modos de fazer diversos”⁵ (American Library Association, 2023, p. 7, tradução nossa).

Destaca-se a menção sobre a habilidade de pensar criticamente como uma capacidade de resolver problemas: “gerenciar projetos, gerenciar fluxos de trabalho, pensar criticamente, sustentar a atenção aos detalhes, conduzir avaliações diagnósticas e avaliações de resultados, contribuir para a visão holística e os esforços de planejamento estratégico”⁶ (American Library Association, 2017, p. 7, tradução nossa). Entre outras habilidades, a menção “pensar criticamente” foi suprimida do documento após sua revisão e publicação em 2023. Ainda assim, é importante destacar que o pensamento crítico constitui uma competência fundamental, pois evidencia a conexão entre a elaboração de representações catalográficas e sua dimensão teórica e estratégica, indispensável para uma atuação transformadora.

A curiosidade profissional deve se manifestar como uma postura crítica permanente, essencial para impedir a acomodação do profissional e incentivá-lo a participar ativamente do aprimoramento e da reflexão sobre as práticas catalográficas. Essa competência dialoga diretamente com a criatividade, mencionada na declaração no tópico sobre “Iniciativa e adaptabilidade”.

Destaco ainda a competência de aplicação de padrões universais dentro de contextos locais. À primeira vista, essa competência pode parecer crítica, ao evidenciar a importância das realidades locais e suas possíveis contribuições por meio da adaptação de padrões amplamente difundidos. De fato, a atenção às especificidades contextuais é essencial para

⁴ No original: “We take responsibility for our cataloguing decisions and advocate for transparency [...]” (Cataloging ethics..., 2021, p. 3)

⁵ No original: “Recognizes multiple cultures and diverse populations”; “Prioritizes user needs”; “Values diverse viewpoints and ways of doing things” (American Library Association, 2023, p. 7).

⁶ No original: “Manage projects, Manage workflows, Think critically, Sustain attention to detail, Conduct assessments and evaluations, Contribute to holistic visioning and strategic planning efforts” (American Library Association, 2017, p. 7).

**XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025**

superar abordagens automatizadas e descontextualizadas, assegurando que os processos de catalogação respeitem as particularidades culturais e institucionais (American Library Association, 2023). No entanto, é necessário problematizar a noção de “padrões universais”: por que são considerados universais? Essa concepção tende a homogeneizar os sujeitos envolvidos, tanto usuários quanto bibliotecários, desconsiderando as subjetividades que atravessam suas práticas de busca, interpretação e seleção da informação. Nesse sentido, propomos uma reformulação dessa competência como: articulação entre padrões existentes e realidades locais. Isso implica reconhecer que há padrões previamente elaborados que podem ser úteis em outros contextos, mas que tais padrões devem ser adaptados, uma vez que as realidades locais devem prevalecer na definição das ações catalográficas.

A partir das ideias apresentadas, o Quadro 1 sistematiza os elementos constitutivos da Catalogação crítica, apresentando não apenas suas características distintivas, mas também seus fundamentos teóricos.

Quadro 1 - Sistematização da Catalogação crítica.

ASPECTOS		DISCRIMINAÇÃO
Fundamentos	Principais movimentos	Escolha de Frankfurt e Pós-estruturalistas.
	Das Humanidades	Immanuel Kant (1724–1804), Karl Marx (1818–1883), Friedrich Engels (1820–1895), Friedrich Nietzsche (1844–1900), Max Horkheimer (1895–1973), Herbert Marcuse (1898–1979), Theodor W. Adorno (1903–1969), Jean-François Lyotard (1924–1998), Gilles Deleuze (1925–1995), Michel Foucault (1926–1984), Jürgen Habermas (1929–), Jacques Derrida (1930–2004), Axel Honneth (1949–) e Judith Butler (1956–).
	Da Biblioteconomia	Lewis (2008); Accardi, Drabinski e Kumbier (2010); Leckie, Given e Buschman (2010); Gregory e Higgins (2013); Downey (2016); Nicholson e Seale (2018); Leung e Lopez-McKnight (2021).
	Da Catalogação	Lubetzky (1965); Olson (1997); Young (1987); Roberto (2008); Magro, Avila e Silva (2015); Hubner e Silva (2019) e Guerrini (2020).
Características	Princípios	<ul style="list-style-type: none"> ● Orientação para a emancipação; ● Atitude crítica em relação ao conhecimento e à realidade; ● Diagnóstico do tempo presente com base em tendências históricas; ● Integração entre teoria e prática; ● Capacidade de interpretar a realidade a partir de seus potenciais bloqueados;
	Competências	<ul style="list-style-type: none"> ● Consciência dos vieses da Catalogação; ● Responsabilidade ética; ● Orientação ao público e à diversidade; ● Capacidade resolver problemas; ● Curiosidade profissional; ● Articulação entre padrões existentes às realidades locais.

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

	Objetivos	<ul style="list-style-type: none">● Diagnóstico do presente● Desenvolvimento● Transformação
--	-----------	---

Fonte: elaborado pelo autor (2025).

A sistematização discrimina os principais movimentos intelectuais e seus respectivos autores de referência nas áreas das Humanidades, Biblioteconomia e Catalogação. Esse mapeamento dos fundamentos teóricos estabelece uma relação direta com as características operacionais da Catalogação crítica, conforme expresso em seus princípios norteadores, competências essenciais e objetivos profissionais do catalogador crítico.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A teoria da Catalogação crítica sistematiza um horizonte possível para a Catalogação contemporânea, pautado em ética, criatividade, racionalidade e emancipação intelectual. Em vez de uma teoria com uma perspectiva instrumental, submissa, tecnicista, apolítica e com pretensões de neutralidade. Nesse sentido, a Teoria da Catalogação Crítica não se restringe à denúncia dessas limitações, mas propõe caminhos de superação, integrando fundamentos das Humanidades, da Biblioteconomia e da própria prática catalográfica.

Caracterizada por princípios como emancipação, atitude crítica, análise histórica do presente e integração entre teoria e prática, a Catalogação Crítica se estrutura em competências que incluem a consciência dos vieses catalográficos, a responsabilidade ética, a valorização da diversidade, a resolução de problemas e a articulação entre padrões universais e contextos locais. Tais elementos revelam que a crítica, longe de ser apenas negativa, constitui uma ferramenta de construção teórica e prática que reposiciona a catalogação como campo ético, político e criativo.

A articulação entre crítica e proposta torna-se evidente quando se considera que as fragilidades denunciadas (tecnicismo, neutralidade aparente e reprodução de desigualdades) encontram resposta nas competências e princípios da teoria aqui delineada. Se de um lado a crítica mostra que a catalogação tradicional muitas vezes obscurece diversidades culturais, de outro, a proposta da Catalogação Crítica indica caminhos operacionais e éticos para superá-las, como a adaptação de padrões aos contextos locais, a inclusão de múltiplas vozes nos sistemas de representação e a valorização da criatividade e da curiosidade profissional. Assim, a crítica não é apenas denúncia, mas a base de uma reconstrução teórica e prática.

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

Ao destacar as lacunas da formação tecnicista e da aplicação acrítica de normas, esta teoria reforça a necessidade de uma educação catalográfica crítica que forme profissionais reflexivos, conscientes de seu papel social e aptos a transformar práticas e políticas institucionais. Nesse sentido, a Catalogação Crítica busca não apenas organizar informações, mas também promover inclusão, justiça social e emancipação intelectual.

Destaca-se a relevância de estudos futuros sobre as implicações teóricas na elaboração dos conceitos, métodos e instrumentos da Catalogação. Sugere-se a realização de pesquisas mais detalhadas sobre os fundamentos para elaborar diferentes delineamentos da teoria da Catalogação crítica. Este estudo busca estimular novas pesquisas que aprofundem a análise dos princípios e das competências da Catalogação crítica, empregando diferentes abordagens e métodos de investigação.

REFERÊNCIAS

ACCARDI, Maria T.; DRABINSKI, Emily; KUMBIER, Alana. (ed.). **Critical library instruction: theories and methods**. Duluth: Library Juice Press, 2010.

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. **Cataloging code of ethics**. [S. l.]. 2021. Disponível em: <https://alair.ala.org/items/c18ae3c3-1caa-43ef-a250-bf985b87c63e>. Acesso em: 25 maio 2025.

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. **Core Competencies for Cataloging and Metadata Professional Librarians**. [S. l.]. 2017. Disponível em: <https://alair.ala.org/items/55f3665a-6280-4ee6-87fa-42000f4a3343>. Acesso em: 18 ago. 2025.

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. **Core Competencies for Cataloging and Metadata Professional Librarians**. [s. l.]. 2023. Disponível em: <https://alair.ala.org/items/64a98b5b-c5f5-4bb8-a6cd-b06833b0c89c>. Acesso em: 18 ago. 2025.

BARROS, José D'Assunção. **A construção da teoria nas ciências humanas**. Petrópolis: Vozes, 2018.

BUTLER, Judith. O que é a crítica? um ensaio sobre a virtude de Foucault. Tradução de Gustavo Hessmann Dalaqua. **Cadernos de Ética e Filosofia Política**, [S. l.], n. 22, p. 159-179, 2013.

DOWNEY, Annie. **Critical Information Literacy: Foundations, Inspiration, and Ideas**. Sacramento: Library Juice Press, 2016.

FEYERABEND, Paul. **Contra o método**. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

FOUCAULT, Michel. **O que é crítica?** Tradução de Eduardo Brandão. Conferência apresentada em 27 de maio de 1978, na Sociedade Francesa de Filosofia.

GOODE, William J.; HATT, Paul K. **Métodos em pesquisa social**. 3. ed. São Paulo: Nacional, 1969.

GORMAN, Michael. Osborn revisited; on the catalog in crisis; or, four catalogers, only one of whom shall save us. **American Libraries**, [S. l.], v. 6, n. 10, p. 1-3, nov. 1975.

GREGORY, Lua; HIGGINS, Shana (ed.). **Information literacy and social justice: radical professional praxis**. Sacramento: Library Juice Press, 2013.

GUERRINI, Mauro. **Dalla catalogazione alla metadattazione: tracce di un percorso**. Roma: Associazione italiana biblioteche, 2020.

HAN, Byung-Chul. **Agonia do Eros**. Petrópolis: Vozes, 2017.

HORKHEIMER, Max. Teoria tradicional e teoria crítica. In: CIVITA, V. (ed.). **Benjamin, Habermas, Horkheimer, Adorno: textos escolhidos**. São Paulo: Abril, 1980. p. 125-162. (Coleção Os pensadores, v. 6).

HUBNER, Marcos Leandro Freitas; SILVA, José Fernando Modesto. A importância do Ensino da Catalogação na formação do profissional bibliotecário. In: V EEPC Encontro de Estudos e Pesquisas em Catalogação, 2019, Vitória. **Anais [...]**. Vitória: [s. n.], 2019. p. 1 - 17.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de filosofia**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

LECKIE, Gloria J.; GIVEN, Lisa M.; BUSCHMAN, John E. (org.). **Critical theory for library and information science: exploring the social from across the disciplines**. Santa Barbara: Libraries Unlimited, 2010.

LEUNG, Sofia Y.; LÓPEZ-MCKNIGHT, Jorge R. (orgs.). **Knowledge justice: disrupting library and information studies through critical race theory**. Cambridge: The MIT Press, 2021.

LEWIS, Alison (org.). **Questioning library neutrality: essays from Progressive Librarian**. Duluth: Library Juice Press, 2008.

LUBETZKY, Seymour. On teaching cataloging. **Journal of Education for Librarianship**, [S. l.], v. 5, n. 4, p. 255-258, 1965.

MARTÍNEZ-ÁVILA, Daniel; SILVA, Márcio F.; MAGRO, José L. Aplicación de la Teoría Crítica de Raza en la organización y representación del conocimiento. **Scire: representación y organización del conocimiento**, [s. l.], v. 21, n. 2, p. 27-33, 2015.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. 8. ed. Barueri: Atlas, 2022.

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

MOORE, Tim. Critical thinking: seven definitions in search of a concept. **Studies in Higher Education**, [s. l.], v. 38, n. 4, p. 506-522, 2013.

NICHOLSON, Karen P.; SEALE, Maura (ed.). **The politics of theory and the practice of critical Librarianship**. Sacramento: Library Juice Press, 2018.

NOBRE, Marcos. **A teoria crítica**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

OLSON, Hope A. Thinking professionals: teaching critical cataloguing. **Technical Services Quarterly**, [s. l.], v. 15, n. 1/2, p. 51-66 1997.

OSBORN, Andrew D. The crisis in cataloging. **The Library Quarterly**, [S. l.], v. XI, n. 4, oct. 1941.

REIS, Filipe; ORTEGA, Cristina Dotta. O que é catalogação?. **Ciência da Informação em Revista**, [s. l.], v. 11, p. e16293, 2024.

ROBERTO, K. R. (ed.). **Radical cataloging: essays at the front**. Jefferson: McFarland & Company, 2008.

FERRARI, Alfonso Trujillo. **Metodologia da ciência**. 3. ed. Rio de Janeiro: Kennedy, 1974.

YOUNG, John Bradford. The teaching of cataloging: education or training. **Cataloging & Classification Quarterly**, [s. l.], v. 7, n. 4, p. 149-163, 1987.

WILLIAMS, James. **Pós-estruturalismo**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.